



Foto: Ricardo Stuckert/PR/ Agência Senado

## COMITIVA BRASILEIRA PARTICIPA DA COP-28

Durante a última semana, os trabalhos legislativos no Congresso Nacional foram reduzidos em virtude da participação do Brasil na 28ª Conferência do Clima das Nações Unidas, a COP28, em Dubai. Além do Presidente da República, Lula, várias autoridades compuseram uma robusta comitiva, incluindo diversos parlamentares, ministros, Secretários de Estado e os presidentes da Câmara e do Senado, Arthur Lira (PP/AL) e Rodrigo Pacheco (PSD/MG).

O marcante esvaziamento das Casas Legislativas acarretou a decisão de realizar sessões deliberativas híbridas, com a possibilidade de votação remota, reduzindo naturalmente os trabalhos no parlamento.

Entre os principais temas que envolveram o Brasil na Conferência, ganham destaque as discussões sobre os objetivos do país rumo à descarbonização da indústria e os esforços realizados pelo parlamento e pelo Governo Federal na aprovação de projetos que viabilizam a economia verde, um conceito que busca conciliar o crescimento econômico com a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável. Na ocasião, foram também anunciadas medidas e propostas, como a criação do Fundo Floresta Tropical para Sempre (FFTS), que proverá recursos para nações em regiões com alta incidência de florestas.



“O mais importante é a presença do Brasil nesta conferência do clima para discutir os aspectos ambientais, a contenção do aquecimento global e a transição energética. [...] É ótimo que, a partir disso, a gente consiga implementar nossa política, para o Brasil sair na frente e se constituir como uma potência global de economia verde, transição energética e evolução sustentável.”

**Rodrigo Pacheco (PSD/MG)**

Presidente do Senado



“Nós não podemos deslizar, derrapar, nos açodar, nos precipitar, ter qualquer açodamento antes de discutir com todos os setores, ouvir todos os segmentos, tentarmos fazer a melhor legislação, não nos apressarmos com relação às demandas mundiais para nos frear ou nos constranger, ou nos tirar do protagonismo do que nós temos de melhor.”

**Arthur Lira (PP/AL)**

Presidente da Câmara dos Deputados

## VOTAÇÃO DE MATÉRIAS ORÇAMENTÁRIAS PELO CONGRESSO A CAMINHO

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou, nesta terça-feira (05), o relatório final do Plano Plurianual 2024-2027 (PLN 28/2023). O deputado Bohn Gass (PT/RS), relator, anunciou que, ao contrário de outros PPAs, este terá metas anuais estabelecidas e não será apenas uma "peça ficcional" no papel, sem efetiva aplicação dos recursos. A partir de setembro de cada ano, o governo terá que demonstrar como os recursos estão sendo aplicados nos respectivos projetos.

O Plano Plurianual é o principal instrumento de planejamento orçamentário do Governo Federal. Nele, são definidas metas e diretrizes para a alocação de recursos da União ao longo de quatro anos. Com a aprovação na CMO, o texto segue agora para apreciação do Plenário do Congresso Nacional.

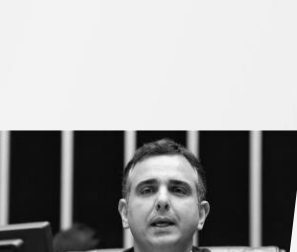
O Congresso Nacional marcou uma sessão conjunta para a próxima quinta-feira (14), a partir das 10h, com 39 vetos e 20 projetos na pauta de votações. Os principais focos serão os projetos relacionados à matéria orçamentária: além do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 (PLN 28/2023), também será votada a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2024 (PLN 4/2023).



“Esse PPA terá indicadores-chave. Não adianta apresentar uma ideia, conhecida como peça de ficção, se não tem indicadores a serem cumpridos em cada uma das áreas. O PPA vai ter uma análise anual, que será a avaliação e o monitoramento, até todo dia 30 de setembro. Até essa data, o governo vai enviar à CMO o que está, de fato, sendo executado nos projetos. Para, justamente, não virar peça ficcional.”

**Bohn Gass (PT/RS)**

Deputado Federal



“Temos agora a previsão de duas semanas muito intensas, de fato. Nós temos projetos de lei a serem apreciados, nós temos a LDO, a Lei Orçamentária [...]. Vamos trabalhar intensamente e avançar noite adentro nas sessões do Senado, caso seja necessário, e também do Congresso Nacional, para fazer todas as votações que se impõem tanto ao Senado quanto ao Congresso Nacional.”

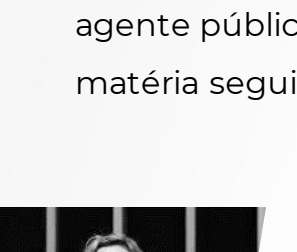
**Rodrigo Pacheco (PSD/MG)**

Presidente do Senado

## CÂMARA APROVA 14 PROJETOS SOBRE COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

Esta semana marcou o encerramento da participação do Congresso Nacional na Campanha “21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher”. Essa iniciativa internacional iniciou-se em 1991 no Instituto de Liderança Global das Mulheres, visando conscientizar a população sobre a importância do combate à violência contra a mulher. No Brasil, o período da campanha inicia em 20 de novembro e encerra em 10 de dezembro.

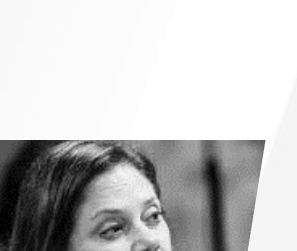
Na Câmara dos Deputados, a bancada feminina aprovou 14 projetos prioritários durante a última semana. Entre esses projetos, destaca-se o PL 5781/2023. Apresentado pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB), o projeto dispõe sobre a prerrogativa do juiz de decretar, de ofício, a prisão preventiva em situações de violência contra a mulher. A proposição segue para deliberação no Senado Federal. Foi aprovado também o PL 3/2023, que prevê a criação do protocolo de prevenção à violência sexual e abuso em casas noturnas. Dessa forma, torna-se dever do estabelecimento proteger a mulher, afastar a vítima, solicitar o comparecimento do agente público competente e isolar o local onde possa haver vestígios de violência. A matéria seguiu para a sanção presidencial.



“A proposta envolve setor privado e setor público, criando uma cultura de prevenção à violência para que toda mulher, de qualquer idade, possa frequentar um lugar sabendo que todas as pessoas lhe devem respeito acima de tudo.”

**Maria do Rosário (PT/RS)**

Deputada Federal



“A demora na prisão do agressor ou na aplicação de outra medida cautelar, decorrente da necessidade de provocação do juiz, pode expor a vítima a novos episódios de violência e provocar sua revitimização.”

**Soraya Santos (PL/RJ)**

Deputada Federal

Material produzido por